



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

DECRETO nº 2684, de 23 de Outubro DE 2025.

“Regulamenta o Fluxo de Busca Ativa Escolar da rede pública municipal de ensino de Cândido Rodrigues e dá providências.”

TIAGO ALEX RAVAZZI, Prefeito Municipal de Cândido Rodrigues, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que a Busca Ativa Escolar constitui estratégia prevista na legislação nacional e consolidada em diversas políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação; e

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho,

DECRETA:

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Fica regulamentado, por este Decreto, o Fluxo de Busca Ativa Escolar da rede pública municipal de ensino de Cândido Rodrigues, com a finalidade de definir metas, estratégias e ações intersetoriais voltadas à garantia de que toda criança e adolescente residente no Município esteja devidamente matriculado e frequentando a escola, prevenindo e combatendo o abandono e a evasão escolar.

Art. 2º São objetivos deste Decreto:

I - Assegurar a busca ativa e a permanência escolar;

II - Instituir mecanismos que permitam a qualquer cidadão da comunidade escolar ou profissional da rede intersetorial notificar a existência de crianças e adolescentes fora da escola;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

III - integrar a Busca Ativa Escolar às políticas públicas locais, em especial as das áreas de Educação, Saúde e de Assistência Social, bem como a outros segmentos do poder público e da sociedade civil organizada;

IV - Promover o trabalho intersetorial de forma sistematizada, mediante levantamento e análise das informações sobre a exclusão escolar, subsidiando a formulação de políticas públicas adequadas à realidade de cada comunidade;

V - Estabelecer fluxos de referência e contrarreferência entre as políticas e serviços envolvidos, de modo a assegurar a efetividade das ações de busca ativa escolar.

Seção III

Da Busca Ativa Escolar

Art. 3º A Busca Ativa Escolar tem por finalidade identificar, registrar, monitorar e acompanhar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão, mediante a atuação articulada das Secretarias Municipais de Educação e Saúde, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Para a efetividade das ações de Busca Ativa Escolar, poderão ser acionados os serviços de Assistência Social e/ou Psicologia da Educação, a fim de oferecer suporte técnico e psicossocial às famílias e aos estudantes, bem como subsidiar a adoção de medidas de reintegração e permanência escolar.

Art. 4º Para a implementação da Busca Ativa Escolar, será adotado o seguinte fluxo institucional:

§ 1º Nos casos de infrequência, abandono ou risco de evasão escolar:

I - constatadas faltas injustificadas, intercaladas ou contínuas, a direção da unidade escolar deverá adotar, de forma imediata, as medidas cabíveis para solucionar o problema (contato telefônico, comunicação via agenda escolar, correspondência com aviso de recebimento, entre outras), buscando o diálogo direto com a família para identificar as causas e orientar quanto à importância da frequência;

II - a busca ativa deverá ser iniciada pela unidade escolar na mesma semana em que forem verificadas as primeiras ausências;

III - esgotadas as medidas cabíveis pela escola, a direção deverá comunicar formalmente o caso ao Conselho Tutelar e demais autoridades competentes, mediante relatório das providências adotadas, independentemente de atingir a quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei, uma vez que o objetivo é prevenir a evasão escolar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

 prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

IV - O Conselho Tutelar, ao receber a comunicação, deverá proceder à avaliação sociofamiliar e, se necessário, encaminhar a criança ou adolescente à avaliação médica e/ou psicológica, acionando os serviços e programas municipais pertinentes, em articulação com a Secretaria de Saúde e com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);

V - Concluídas as avaliações e intervenções, o Conselho Tutelar encaminhará devolutiva à unidade escolar, por meio de relatório circunstanciado, para arquivamento no prontuário do aluno;

VI - Os Setores Municipais envolvidos deverão atuar na pesquisa e gestão dos casos cuja causa de exclusão escolar esteja vinculada a fatores de saúde ou vulnerabilidade social;

VII - caberá à Secretaria Municipal de Educação adotar o formulário de registro de Busca Ativa Escolar constante no Anexo Único deste Decreto, de modo a padronizar os procedimentos entre as unidades escolares e o Conselho Tutelar, promovendo a prevenção do abandono e da evasão escolar.

§ 2º Nos casos de crianças e adolescentes fora da escola ou sem matrícula na etapa obrigatória da Educação Básica:

I - Qualquer pessoa poderá emitir alerta sobre a existência de criança ou adolescente fora da escola, por meio de canal eletrônico disponibilizado no site oficial da Prefeitura (www.candidorodrigues.sp.gov.br), sendo facultativa a identificação do comunicante;

II - Mensalmente, a Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os dados referentes a nascimentos ocorridos no Município e a novas crianças e adolescentes em idade escolar cadastrados na Atenção Primária à Saúde (APS) e no Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB);

III - mensalmente, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os dados de novas famílias incluídas em programas de transferência de renda, com filhos em idade escolar, indicando eventuais situações de vulnerabilidade ou risco social;

IV - os agentes comunitários de saúde deverão realizar busca ativa em campo, identificando crianças e adolescentes fora da escola em suas áreas de abrangência e comunicando o fato à Secretaria Municipal de Educação;

Art. 5º Na hipótese de matrícula ou rematrícula de crianças ou adolescentes sem guarda ou tutela formalizada, a unidade escolar deverá efetivar a matrícula e, posteriormente, encaminhar o caso ao Conselho Tutelar para lavratura do Termo de Responsabilidade pela vida escolar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

Parágrafo único. Havendo recusa dos pais ou responsáveis em efetuar a matrícula ou rematrícula, a direção da unidade escolar deverá comunicar o fato ao Conselho Tutelar, anexando relatório das medidas adotadas.

Art. 6º O formulário de registro da Busca Ativa Escolar, constante do Anexo Único deste Decreto, deverá ser operacionalizado, preferencialmente, por meio de plataforma digital, com vistas a facilitar a comunicação entre os integrantes da rede intersetorial.

Seção V

Das Disposições Finais

Art. 7º Compete às equipes gestoras das unidades escolares desenvolver ações de sensibilização junto à comunidade escolar, de modo a reforçar que nenhuma criança ou adolescente pode permanecer fora da escola, promovendo a divulgação da Busca Ativa Escolar e estimulando a participação da sociedade como parceira nas ações de enfrentamento à exclusão educacional.

Art. 8º Casos omissos serão solucionados pela Secretaria Municipal da Educação.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TIAGO ALEX RAVAZZI

Prefeito Municipal de Cândido Rodrigues/SP